

3

Análise do livro X

A *República* retrata a longa narrativa feita por Sócrates a um interlocutor anônimo sobre a conversa de que participou no dia anterior, na casa de Céfalo, um estrangeiro que conheceu a prosperidade ao se mudar para o Pireu, o porto de Atenas. O livro X, que é a última parte da longa investigação à procura da definição da justiça e dos benefícios que esta traz em si mesma, empreendida no decorrer do diálogo, conclui também as questões a respeito da poesia. O livro X encerra a *República* e é em grande parte dedicado ao término das considerações sobre a poesia, e, se considerarmos que em sua parte final narra um extenso **mito** sobre o destino das almas dos justos e dos injustos, ele mesmo pode ser considerado, em certa medida, uma poesia.

Diferentemente de alguns comentários sobre a *República*¹²², parece-nos fundamental para a conclusão das teses defendidas nos livros II e III o retorno à questão da poesia no livro X; assim como também são necessários à compreensão do livro X os pontos afixados nos dois livros que iniciam a crítica poética. O livro X é imprescindível para finalizar a teoria poética, pois, como veremos, esta somente pode ser completada depois do esclarecimento de algumas noções que serão definidas após a crítica dos livros II e III. Ao contrário do que propõe Julia Annas sobre o livro X, defenderemos que a *República*, no que diz respeito à poesia, revela uma ordem argumentativa entre os três livros que tratam do tema. Annas considera o livro X como um desenrolar “gratuito e confuso”, “impossível de ser reconciliado com as teorias do livro III”¹²³. Argumentaremos a favor de uma tese contrária a esta, na qual o livro X revela-se planejado por Platão desde a primeira parte da crítica poética.

Assim inicia-se o último livro da *República*:

¹²² NETTLESHIP, R. op. cit. p.340; ANNAS, J. *An Introduction to Plato's Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1981, p.336; HAVELOCK, E. *Prefácio a Platão*. Tradução Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1996, p.26.

¹²³ Cf. Ibid. P.335, 336.

“Ora a verdade é que – prossegui eu – entre muitas razões que tenho para pensar que **estivemos a fundar uma cidade mais perfeita do que tudo, não é das menores a nossa doutrina sobre a poesia.** (...) A de não aceitar **a parte da poesia de caráter mimético** (Τὸ μηδαμῆ παραδέχεσθαι αὐτῆς ὅση μιμητική). A necessidade de a recusar em absoluto é **agora** (νῦν), segundo me parece, ainda mais claramente evidente, desde que definimos em separado cada uma das partes da alma.”¹²⁴

Podemos notar que desde a abertura do livro X Platão evidencia qual será o procedimento que utilizará a partir daquele momento: retomar a teoria sobre a poesia desenvolvida anteriormente nos livros II e III. Platão diz que **a doutrina sobre a poesia dos livros II e III é uma das razões que fazem com que a cidade seja “mais perfeita do que tudo”**. É bastante clara a importância que Platão confere à teoria poética. Nos termos em que Platão retoma a teoria poética, as noções e conclusões a que a investigação sobre a poesia chegou são reafirmadas, pois, ao vincular a estrutura da cidade às observações relativas à poesia, Platão torna manifesta a função capital que desempenha todo o início da “*παιδεία* dos guardiões” no processo de edificação da cidade. Platão diz que a definição das partes da alma confere ênfase às teses dos livros II e III. Assim, ao lançar mão da teoria da tripartição da alma, fica evidente sua intenção de reiterar as teses sobre a poesia dos livros anteriores. Fica claro que não se trata de um retorno reformativo, ou seja, de uma retomada que visasse à alteração de determinados pontos que precisassem de correção, visto que também é por causa do que foi dito a respeito da poesia que a cidade fundada é a melhor possível. A função do livro X como explicitação, reiteração e conclusão das teses dos livros II e III é muito nítida, a nosso ver, desde as primeiras linhas do livro X, sendo exatamente dessa forma, como uma das conclusões dos livros II e III, que Platão coloca a questão da recusa da parte da poesia de caráter mimético.

Não admitir de modo nenhum a poesia que for de caráter mimético é uma das conclusões da primeira abordagem da questão poética – da “nossa doutrina sobre a poesia” –, não uma novidade que Sócrates está introduzindo neste ponto. Ou seja, na primeira parte das determinações sobre a poesia, somente a *λέξις* mimética havia sido proibida, e, no livro X, esta determinação é reafirmada. O livro X começa consolidando a tese de recusar somente a poesia de caráter

¹²⁴ Cf. PLATÃO op. cit. 595a1 – b2. O grifo é nosso.

mimético. É interessante observar que desde já Platão distingue a parte (a poesia de caráter mimético) do todo (a poesia em geral). Retornemos à diferenciação que apontamos no final de nossa análise do livro III¹²⁵ entre a poesia que é quase inteiramente imitação e a poesia que em sua maior parte é narrativa simples, embora admita também uma pequena parte mimética. Toda a poesia é imitação de algo, um símbolo, pois representa algo, quer seja um acontecimento ou uma personagem. Toda a arte, para Platão, é *μίμησις*. Porém, nem toda poesia é predominantemente mimética. No livro X, Platão faz amplo uso do adjetivo *μιμητική* referindo-se a um tipo específico de poesia que utiliza em larga escala o discurso direto, não a toda a poesia. Platão nos fornece as características da poesia mimética no decorrer da crítica dos livros III e X. As ocorrências do adjetivo *μιμητικός*, quer seja referindo-se ao poeta, quer seja em relação à poesia, estão, na grande maioria dos casos, relacionadas à produção poética que não está de acordo com os *τύποι* e que é prejudicial ao equilíbrio da alma. A poesia que é quase toda mimética possui unicamente características negativas, que são desfavoráveis à constituição de um bom caráter; são elas: a imitação de aparências; o poeta que a compõe não tem nem uma opinião correta, nem o conhecimento verdadeiro sobre o assunto de que se propõe falar; é agradável à multidão ignara; apresenta predominantemente o discurso direto; imita qualquer tipo de situações e personagens; e instaura o desequilíbrio na alma ao estimular a pior parte desta. Tais são as características deste discurso poético. Como dissemos durante a análise do livro III, a poesia predominantemente mimética apresenta características muito distintas da poesia que Sócrates normatiza ao estabelecer os *τύποι*. Assim, não é possível reduzir toda a poesia à poesia mimética. Esta é um tipo de poesia com características específicas, que não esgotam as possibilidades do fazer poético. A poesia que é preparada para constituir o início da educação dos guardas tem uma natureza muito distinta da poesia que em grande parte é mimética, por seguir parâmetros que estabelecem normas muito claras em vista do fim para o qual é designada. No livro X, assim como nos livros II e III, toda a poesia *μιμητική* deve ser abolida da cidade, mas não a poesia em geral. Por isso, Grube diz que: “We should be quite clear, however, that poetry as such is not

¹²⁵ Cf. p. 44 - 46.

excluded, but only that which is imitative.”¹²⁶. Cross e Woosley também compartilham dessa idéia: “(...) the object of Plato’s attack in book X is imitative poetry. He exclude it in book III and he is now further justifying that exclusion.”¹²⁷.

Em 595c7, Sócrates pergunta a Gláucon: “Serás capaz de me dizer em geral o que é a mímese?”¹²⁸. Dessa forma, introduz um estudo à maneira socrática perguntando sobre a definição da imitação. Nesse estudo, mostra a Gláucon que existem três níveis de realidade, a saber, a idéia, os objetos em geral e a imagem desses objetos. Dissemos acima que Platão considera as obras de arte uma forma de *μίμησις*, pois representam algo que elas mesmas não são. Uma pintura de uma cama não é ela mesma uma cama, da mesma forma que as situações e personagens de uma poesia são representações ou imitações de situações e personagens reais ou possíveis do mundo fenomênico. Mas, mesmo as coisas do mundo fenomênico não são uma realidade completa, pois as únicas coisas que, na ontologia platônica, são verdadeiramente reais são as idéias. A questão da relação entre o ser e a aparência levantada pela fala de Gláucon no livro II reaparece agora para ser utilizada na conclusão da teoria poética. A influência do ser e da aparência sobre o discurso poético pode ser avaliada neste momento por toda a epistemologia e a ontologia dos livros V, VI e VII. Sócrates chama o artífice de objetos como camas e mesas de *μιμητής*. Em seguida, observa que o pintor e o tragediógrafo são também *μιμηταί*, porém, imitam aquilo que já é imitação, ou seja, as obras dos artífices, ao passo que estes imitam a própria idéia.

O que torna ainda mais grave aos olhos de Platão a imitação praticada pelos artistas é que estes reproduzem as aparência das coisas, pois não detêm nenhum conhecimento verdadeiro a respeito das coisas que imitam. A falta de conhecimento dos poetas sobre as coisas das quais se propõem falar revela-se um problema pedagógico, pois, ao apresentar falsas noções, a poesia forma opiniões equivocadas nas almas dos que freqüentemente estão em contato com ela. Por isso, no primeiro estágio da crítica, Sócrates determina que os poetas devem seguir os *τύποι*. Esta é a maneira de fazer com que obtenham daqueles que têm o

¹²⁶ GRUBE, G. M. A. op. cit. p. 190. O autor observa que em 605a, na expressão “o poeta imitador”, o adjetivo claramente qualifica o nome. Por isso, não necessariamente todos os poetas estão incluídos.

¹²⁷ CROSS, R. C. and WOOSLEY, A. D. op. cit. p.

¹²⁸ “Μίμησιν ὅλως ἔχους ἄν μοι εἰπεῖν ὅ τι ποτ’ ἐστίν ;”

conhecimento da natureza das coisas, neste caso os fundadores da cidade, os parâmetros que precisam seguir para que suas obras apresentem conteúdos estritamente verdadeiros.

Os poetas não terão eles mesmos o conhecimento sobre as coisas de que falam, mas terão uma opinião correta, pois observarão as normas poéticas. No livro X, Platão reforça essa idéia ao analisar uma relação equivalente à que tem o poeta com os fundadores da cidade. A relação destacada por Sócrates é a que existe entre o fabricante de determinado utensílio e aquele que faz uso do objeto fabricado. Sócrates diz que o homem que faz uso de determinado instrumento, por ter experiência e saber das propriedades do objeto que utiliza, deve instruir o fabricante na execução de suas peças, para formar no fabricante uma opinião correta (ὁρθὴ δόξα) a respeito do objeto que produz. O exemplo que Sócrates fornece de uma relação desse tipo é o do flautista e o fabricante de flautas. O flautista deve informar as características que deve ter uma boa flauta e deve dizer ao fabricante como executá-la, e este deve atendê-lo.

“– Portanto, aquele que sabe informa sobre as qualidades e defeitos das flautas, o outro faz fé, e executará? – Sim. – Por conseguinte, em relação ao mesmo instrumento, o fabricante terá uma crença exata quanto à sua excelência ou inferioridade, **por estar em contato com quem sabe e ser obrigado a escutá-lo; ao passo que aquele que o utiliza possui a ciência** (ἐπιστήμην). – Exatamente.”¹²⁹

Mas, Sócrates observa que, ao contrário do objetivo da teoria dos *τύποι*, o *μιμητής* que compõe mitos nem adquire conhecimento sobre os objetos que reproduz e nem obtém “(...) uma opinião correta, pelo fato de forçosamente ter de conviver com aquele que sabe e de acatar as suas prescrições (...)”¹³⁰. Este último caso resume com precisão a função e a ação dos *τύποι* prescrita no decorrer da primeira parte da teoria poética. O problema apontado por Platão é que, além de os poetas desconhecerem os assuntos que tratam, nenhum deles segue modelos que possam suprir essa falta de conhecimento.

¹²⁹ Cf. Ibid. 601e4 – 602a3. O grifo é nosso.

¹³⁰ Cf. Ibid. 602a5,6.

“Por conseguinte, **o imitador não saberá nem terá uma opinião certa acerca do que imita**, no que toca à sua beleza ou fealdade. (...) Contudo, fará as suas imitações à mesma, sem saber, relativamente a cada uma, em que é que ela é má ou boa; mas, ao que parece, aquilo que parecer belo à multidão ignara, é isso mesmo que ele imitará.”¹³¹

Em 600e5,6, Homero e **todos** os poetas são definidos como imitadores da imagem, pois somente retratam a aparência desprovida de qualquer conexão com a verdade. Essa conexão é garantida no projeto platônico pela lei que obriga os poetas a obedecerem em suas composições o modelo poético. Sócrates conclui que a imitação desses poetas se encontra três pontos afastada da verdade. É evidente a continuação da tese sobre os *τύποι* – desenvolvida nos dois primeiros livros da crítica poética – com a posição apresentada pelo livro que encerra a *República* a respeito de qual poesia precisa ser proibida. Jaa Torrano observa que:

“A condenação da poesia reside no lado sinistro pelo qual a imagem se mostra como imagem da imagem. O louvor da poesia reside no lado destro pelo qual a imagem sensível imita a forma inteligível.”¹³²

Como mostra o início do livro X, a recusa da poesia de caráter mimético havia sido determinada desde a primeira abordagem da poesia. Assim, sua retomada neste momento do diálogo não deve causar nenhum espanto naqueles que vêm acompanhando a discussão desde sua origem exatamente por não se tratar de uma novidade, e, de alguma forma, a recusa no livro X tem que ser compatível com a teoria sobre a *μίμησις* dos livros II e III, **já que é apresentada como uma continuação dessa teoria.**

É nesses termos que, na abertura do livro X, Sócrates reintroduz a questão do estilo, do conteúdo e da função que a poesia deve desempenhar na cidade. Devemos ter clara esta forma com que Platão reconduz a investigação acerca da poesia como uma retomada das teses defendidas nos livros anteriores, pois, ao nos darmos conta de que o livro X é introduzido em continuidade com os livros II e

¹³¹ Cf. Ibid. 602a8 – b4. O grifo é nosso.

¹³² Cf. TORRANO, J. *Mito e verdade em Hesíodo e Platão*. São Paulo: Letras Clássicas n. 2, 1998, p. 23.

III, o que fora afirmado nestes é pressuposto para a discussão, e, portanto, devemos ter o cuidado de observar as conclusões que neles foram afixadas para obtermos uma compreensão coerente do livro X. Parece-nos, assim, que vislumbrar uma discrepância ou uma incongruência entre as teses dos livros II e III em relação àquelas do livro X é uma postura inconsistente, ou ainda, uma impostura, pois vai contra o próprio método com o qual Sócrates recoloca a questão sobre a poesia participará da cidade.

O que faz necessário o retorno ao assunto no livro X são duas questões que só posteriormente às considerações iniciais sobre a educação pela poesia foram satisfatoriamente expostas, mas que são de suma importância para o estabelecimento dos parâmetros da *παιδεία* platônica, e, conseqüentemente, da poesia, a saber, as partes da alma e a definição da justiça e de seus benefícios, ambas questões tratadas no livro IV.

Destacamos na primeira parte deste trabalho¹³³ a necessidade de se definir a natureza da justiça para que se possa conhecer totalmente o conteúdo da poesia. A definição da justiça e de seus efeitos, independentemente da reputação alcançada por parecer, ou não, ser justo, é essencial para a determinação do último componente do *τύπος* poético. O *τύπος* humano somente pode ser determinado após se conhecer o que é mais proveitoso ao homem. É preciso que os poetas observem também esse *τύπος* em suas composições, assim como o *τύπος* divino, o heróico e o escatológico. Essa é a única maneira de garantir que os poetas poderão transmitir em suas obras noções que formem um caráter afim àquilo que convém aos homens. Platão reafirma o argumento desenvolvido na primeira parte da crítica, de que as personagens míticas não devem ser representadas em situações de descontrole emocional, pois tal narrativa estimula no ouvinte o mesmo tipo de comportamento¹³⁴. Mas, para que se possa determinar o efeito dos mitos na alma, é mister conhecê-la, saber como ela se configura, e, após conhecer sua estrutura, entender como se relacionam as partes que a compõem. Somente assim é possível determinar como a poesia deve incidir sobre a alma e torná-la – na terminologia platônica – uma “mentira útil”. Como a alma somente será completamente conhecida depois do primeiro estágio da crítica poética, Sócrates retoma a questão de como os poetas devem representar as ações humanas no livro

¹³³ Cf. p. 26, 27.

¹³⁴ Cf. Ibid. 605c10 – 606a7.

X. O argumento de que os poetas não devem representar deuses e heróis entregues a nenhum tipo de *ἐπιθυμία* (desejo), desenvolvido no livro III, ganha sua legitimação após a definição das partes da alma, e de como estas partes devem relacionar-se entre si para constituírem uma alma justa. O argumento é estendido ao *τύπος* humano. Os homens não devem ser retratados pela poesia nem entregues a lamentos e nem à gargalhadas, pois tais disposições estimulam a parte da alma que precisa ser contida pela razão para que o equilíbrio prevaleça na alma como um todo. Mas, os poetas em geral têm o objetivo de despertar nas pessoas as mais variadas paixões, e o poeta mais elogiado é o que provoca ao máximo tais disposições na alma¹³⁵. Em 602c4,5, Sócrates pergunta em que parte do homem a poesia que é imitação de aparências exerce seu poder (*δύναμις*). A resposta é que a parte da alma estimulada pela poesia é sua pior parte. Por isso, não se deve representar as personagens sob o jugo dos desejos da parte irracional da alma, para que a pior parte não seja alimentada por maus exemplos, pois “se o medíocre se associa ao medíocre, a arte mimética (*ἡ μιμητική*) só produz mediocridades”¹³⁶. É preciso que a poesia represente apenas o que foi especificado pelos *τύποι* se se quiser formar adequadamente, desde a infância, o gosto pelo que é nobre. Ainda que a poesia tenha seu efeito sobre a pior parte da alma, ao representar exemplos que a orientem na direção da moderação e das demais virtudes, a poesia exerce sua função de formar na alma dos jovens noções afins às que deverão ter futuramente em suas vidas adultas. Sócrates conclui:

“(...) quanto a poesia, somente se devem receber na cidade hinos aos deuses e encômios aos varões honestos e nada mais. Se, porém, acolheres a Musa prezível na lírica ou na epopéia, governarão na tua cidade o prazer e a dor, em lugar da lei e do princípio que a comunidade considere, em todas as circunstâncias, o melhor.”¹³⁷

¹³⁵ Cf. Ibid. 605d5,6.

¹³⁶ Cf. Ibid. 603b5. Com modificação. Maria Helena traduz *μιμητική* por “arte de imitar”. Dessa forma, o sentido engloba toda a *μίμησις*. A nosso ver, Platão está se referindo apenas a uma espécie de *μίμησις*, aquela que se caracteriza por imitar aparências e ser prejudicial à alma humana.

¹³⁷ Cf. Ibid. 595a1 – b2. O grifo é nosso.

Sócrates descobre no livro IV, analogamente às partes que compõem a cidade, as três partes da alma¹³⁸. Ao término da análise das partes que compõem a cidade, Sócrates observa que estas somente se fazem presentes na cidade porque provêm da alma humana. Dessa forma, chega à conclusão da existência das três partes que compõem a alma. Neste momento do livro IV está devidamente demonstrada a estrutura da alma. Porém, no livro III, podemos notar que, mesmo antes da definição apresentada no livro IV, já são conhecidas duas partes que compõem a alma. Após ter estabelecido que a harmonia entre as duas partes do processo educacional dos guardas, a saber, a música e a ginástica, resultam em uma alma moderada e corajosa, Platão conclui: “Para estas duas faces da alma, a corajosa e a filosófica, a divindade concedeu aos homens duas artes, a música e a ginástica (...)”¹³⁹. Platão chega a esses dois elementos – τὸ θυμοειδὲς καὶ τὸ φιλόσοφον – por meio da análise das partes do processo educacional. O vínculo entre a educação e a estrutura da alma torna possível a descoberta de dois elementos que a compõem mesmo antes da definição do livro IV. Juntamente com a definição das partes da alma no livro IV são especificadas as virtudes relativas a cada parte¹⁴⁰. A definição das virtudes, principalmente da justiça, é uma das razões que fazem com que a definição das partes da alma evidencie o tipo de poesia que participará da cidade, e tornam necessária a retomada do tema no livro X. É fundamental o conhecimento da natureza das virtudes para completar a teoria poética que determina o tipo de poesia que forma a alma corajosa e temperante nos livros II e III. A educação pela poesia deve estimular o crescimento das virtudes de cada parte da alma, e, para se ter certeza de como deve exercer essa tarefa, é necessário conhecer as partes da alma e também o que são essas virtudes. Platão estabelece os parâmetros da poesia em função dos efeitos que esta exerce sobre os elementos que compõem a alma. Para que se saiba de forma definitiva o que a poesia deve estimular na alma, é preciso

¹³⁸ As partes que compõem a alma no livro IV são τὸ λογιστικόν, τὸ θυμοειδὲς e τὸ ἐπιθυμητικόν.

¹³⁹ Cf. Ibid. 411e5 – 7.

¹⁴⁰ Cf. Ibid. 442b8 – d2. “(...)denominamos um indivíduo de corajoso, julgo eu, em atenção à parte irascível, quando essa parte preserva, em meio de penas e prazeres, as instruções fornecidas pela razão sobre o que é temível ou não. (...) denominamo-lo de sábio, em atenção àquela parte que governa o seu interior e fornece essas instruções, para que essa que possui, por sua vez, a ciência do que convém a cada um e a todos em conjunto, dos três elementos da alma. (...) chamamos temperante, devido a amizade e harmonia desses elementos, quando o governante e os dois governados concordam em que é a razão que deve governar e não se revoltam contra ela.”

conhecer o que deve ser estimulado, as virtudes. Por isso, somente depois do livro IV, tendo o conhecimento das virtudes e de qual parte deve ser fomentada e qual refreada pela *παιδεία*, é possível concluir a teoria poética. A justiça, que é a virtude que engloba toda a alma, condensa a idéia de como a poesia deve intervir na formação do caráter. A definição da justiça como sendo o cumprimento de cada uma das partes da alma de sua incumbência¹⁴¹ ratifica a função da poesia: iniciar o processo de formação de uma alma justa. Em um homem justo, cada elemento deve exercer sua tarefa de forma a constituir uma alma temperante e harmoniosa¹⁴². Como vimos durante a primeira parte da crítica, a poesia deve estimular desde a infância a manutenção de uma conduta constantemente moderada, que leve os jovens ao domínio de si. O livro X elucida e referenda as determinações dos livros II e III à luz das teorias sobre a natureza humana, sobre o conhecimento e sobre a configuração da realidade desenvolvidas no decorrer de todo o diálogo. A poesia que participará da cidade após a crítica do livro X é a mesma que Platão havia determinado para a educação dos guardiões na primeira crítica.

¹⁴¹ Cf. Ibid. 441d11 – e2.

¹⁴² Cf. Ibid. 443c9 – 444a2.